



Clipping Nacional

de

EDUCAÇÃO

Brasília, 21 de Outubro de 2019

ANTÔNIO
GOISantonio.gois@jeduca.org.br

Do verbo à ação

Há seis meses, terminei uma coluna citando uma frase do educador português Antônio Nóvoa que vem bem a calhar na semana seguinte a de justas homenagens aos mestres: “Nos dias de hoje, há uma retórica cada vez mais abundante sobre o papel fundamental que os professores serão chamados a desempenhar na construção da ‘socie-

dade do futuro’ (...). O excesso dos discursos esconde a pobreza das práticas políticas. (...) A inflação retórica tem um efeito desresponsabilizador: o verbo substitui a ação e conforta-nos o sentimento de que estamos a tentar fazer alguma coisa”. É importante, portanto, agir para tornar a carreira mais atrativa, a formação mais eficiente, e as condições de trabalho melhores.

A atratividade tem a ver, em primeiro lugar (ainda que não exclusivamente), com salários. Nesse sentido, avançamos um pouco, mas em ritmo insuficiente. O relatório feito pelo Inep para monitorar as metas do Plano Nacional de Educação mostra que a distância salarial que separa professores da média dos demais profissionais com nível superior diminuiu entre 2012 e 2017 de 35 para 25 pontos percentuais. Essa falta de atratividade é uma das variáveis que explicam por que, na média, alunos que procuram cursos de formação de professores têm desempenho inferior no Enem ao que outros ingressam em carreiras de maiores salários.

Só melhorar a atratividade não basta. É preciso também dar aos profissionais a





melhor formação possível, alinhada com os desafios que enfrentarão em sala de aula, tema que está em debate agora (ainda que longe do consenso), com a proposta de uma base nacional de formação docente. Não dá, porém, para discutir formação sem considerar o crescimento do ensino superior à distância.

Nos cursos que preparam os professores, a maioria dos ingressantes já estão matriculados nesta modalidade.

É importante agir para tornar a carreira de professor mais atrativa e as condições de trabalho melhores

Um estudo divulgado na semana passada pela consultoria IDados mostra que alunos em cursos à distância de licenciatura em Matemática, Letras e Pedagogia

têm desempenho pior tanto no Enem (portanto, no ingresso na universidade) quanto no Enade (ao final do curso superior), em relação com aqueles que estão no presencial.

Por fim, mesmo com melhores salários e uma boa formação universitária, é ainda

necessário melhorar as condições de trabalho e a formação em serviço, do momento em que colocam o pé em sala de aula pela primeira vez, até o fim da carreira. Cruzamentos feitos nos questionários respondidos por docentes e diretores na Prova Brasil mostram, por exemplo, que é comum professores novatos assumirem as turmas mais desafiadoras, já que o critério na maior parte das escolas é deixar os mestres mais experientes elegerem as turmas em que darão aulas. Além disso, é necessário avançar na cultura — e nas condições — para que as escolas se tornem ambientes de formação profissional constante, com apoio para o desenvolvimento dos docentes, sempre com foco no melhor para os alunos.

A literatura acadêmica mostra que, excluindo os fatores externos à escola (como o nível de pobreza e escolaridade das famílias), o fator de maior impacto no aprendizado do aluno é o professor. Não há nada de inesperado nisso. O surpreendente é perceber como tem sido difícil transformar o verbo em ação.

MEC vai liberar R\$ 100 mi por ano a universidades federais sem hospitais

Proposta para 42 faculdades de medicina é recorrer a centros médicos privados para garantir formação

Julio Wiziack

BRASÍLIA O MEC (Ministério da Educação) vai desembolsar cerca de R\$ 100 milhões por ano para garantir que 42 faculdades federais de medicina que hoje não têm hospitais próprios possam contratar até centros médicos privados, incluindo as Santas Casas, para garantir a formação dos estudantes.

Uma portaria deverá ser publicada até o fim deste ano para disciplinar a liberação desse dinheiro no próximo ano.

A proposta foi feita pela Ebserh, empresa vinculada ao MEC e que foi criada na gestão do PT para gerenciar hos-

pitais universitários.

A medida sai do forno no momento em que a maioria dos reitores quer se livrar do peso que seus hospitais exercem sobre o orçamento da universidades, estranguladas com sucessivas reduções de verbas federais.

Nesse esforço de redução de custos, muitos passaram a integrar a rede da Ebserh, que responde pela total gestão desses hospitais arcando, inclusive, com os gastos de pessoal.

Sob Jair Bolsonaro, a empresa passou para o comando do general Osvaldo Ferreira, que decidiu usar a Ebserh para dar uma solução permanen-

te para um problema que se intensificou a partir de 2003 com a proliferação de faculdades sem hospitais, necessários para a devida capacitação dos estudantes.

A maior parte dessas escolas foi criada entre 2003 e 2015 durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, ambos do PT.

Segundo Ferreira, as conversas com os hospitais que poderão ser contratados como centros de formação em medicina estão em andamento e os recursos para o pagamento já foram empenhados.

"Acredito que não haverá contingenciamento", disse ele em entrevista à **Folha**.





"Cada faculdade deverá receber cerca de R\$ 2 milhões por ano para pagar os hospitais que aceitarem servir como centros de treinamento dos alunos."

No Amapá, que construiu e equipou um hospital com recursos de emendas parlamentares da bancada, o custeio será da ordem de R\$ 230 milhões quando estiver em pleno funcionamento.

Será mais que o dobro do orçamento previsto para as 42 faculdades sem hospitais.

Neste caso, no entanto, o hospital fará parte da rede da Ebserh. O processo de inclusão da unidade foi definido antes da chegada de Ferrei-

ra e ainda não está concluído.

A proposta de parcerias em vez de hospitais próprios também vai pôr fim a um périplo de parlamentares à empresa e ao MEC que se arrasta desde o ano passado.

Quase duas dezenas de deputados e senadores tentaram convencer o governo a encampar hospitais municipais e estaduais, a maior parte endividada, para que servissem de centros universitários.

A ideia era se livrar de um custo pesado no orçamento, já estrangulado pela crise fiscal.

Para serem incorporados, esses hospitais precisariam ser públicos (municipais ou estaduais) e operarem inte-

gralmente pelo SUS (Sistema Único de Saúde).

Teriam, então, de ser doados para as faculdades de medicina que, posteriormente, solicitariam a inclusão na rede da Ebserh por meio de contrato de gestão.

Ferreira preferiu uma solução mais econômica para evitar que o MEC arcasse com um custo que, na verdade, seria do Ministério da Saúde.

"Nossa preocupação aqui [na Ebserh] é a formação do estudante de medicina", disse o general.

"Claro que esses hospitais prestam um importante serviço de atendimento à comunidade pelo SUS, mas o foco, pelo MEC, é garantir a qualidade da formação dos nossos médicos", reforça.

Hoje, a Ebserh administra uma rede de 40 hospitais universitários em todas as regiões do país.

As despesas desses hospitais são pagas com recursos do MEC e, em menor parte, do Ministério da Saúde, que banca os atendimentos oferecidos à população via SUS.



João Montanaro

Muda tudo?

No primeiro Enem sob Bolsonaro, professores não esperam grande alteração de rota na prova; conheça apps para estudar, temas cotados e exame digital

enem

Primeiro Enem sob Bolsonaro não deve reverter orientação do exame

Professores preveem sumiço de temas em textos, mas conteúdo não deve mudar

Angela Pinho

SÃO PAULO O que esperar de um Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) sob nova direção? A ansiedade de fazer uma prova que é a porta de entrada para as principais universidades do país ganhou um ingrediente adicional neste ano: a mudança de governo.

Dias após ganhar a eleição de 2018, o presidente Jair Bolsonaro (PSL) criticou uma das questões do exame, que mencionava um dialeto usado por gays e travestis, e afirmou que sua gestão iria "tomar conhecimento da prova" antes da aplicação.

Em março, o Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), responsável pelo exame, nomeou uma comissão para fazer uma análise ideológica das questões. O resultado não veio a público.

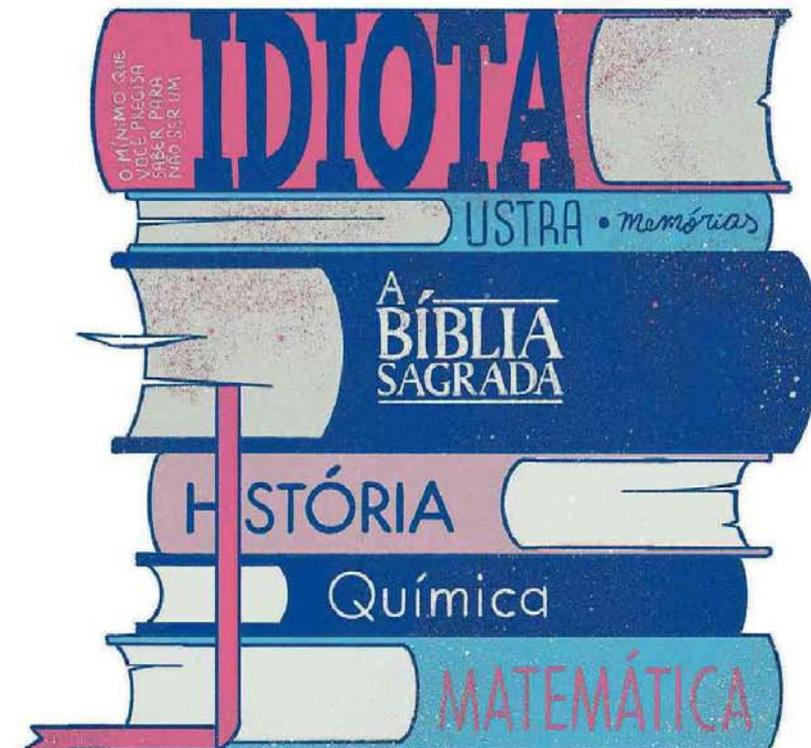
Diante disso, o que virá no exame dos próximos dias 3 e 10 de novembro?

A pergunta tem circulado em cursos preparatórios.

Se há uma boa notícia em não se saber exatamente a resposta, é esta: "Será uma surpresa para todo mundo, portanto todos os candidatos estão na mesma situação", diz Marcelo Pavani, diretor do cursinho Oficina do Estudante.

De modo geral, professores têm apostado que, se houver mudança, será na ausência de alguns temas. Eles recomendam, no entanto, que os alunos não mudem sua atitude diante da prova.

"É a primeira vez que comento Enem em que, em vez de pensar no que vai cair, penso no que não vai", diz Giba Alvarez, diretor do Cursinho da Poli. Ele acha possível que a triagem feita pela comissão



João Montanaro

do Inep tenha retirado questões sobre temas como direitos LGBTQ+ e feminismo.

Como esses assuntos apareciam nos textos de base das perguntas, e não eram o objeto em si das questões, para o candidato não muda muita coisa, diz Claudio Pinheiro, coordenador de processos de avaliação acadêmica do Colégio Bandeirantes.

"O exame avalia competências, não os temas dos textos das questões." Tomando-se como exemplo a questão sobre o dialeto gay, ela não exigia co-

nhecimento sobre o assunto em si, mas sim sobre linguagem e interpretação de texto.

Também é importante lembrar que a Matriz de Referência do Enem não mudou, ou seja, a prova deve exigir as mesmas competências que exigia antes.

Se a comissão do governo Bolsonaro pode ter subtraído questões, a adição de novas perguntas é um processo mais difícil.

Isso porque cada pergunta, no Enem, percorre um longo caminho entre ser formulada

e ser impressa em uma prova.

A própria elaboração da questão leva tempo, pois cada uma é feita, discutida e refeita entre os professores elaboradores, explica José Francisco Soares, docente da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) e presidente do Inep de 2014 a 2016.

Depois, a questão passa por um chamado "pré-teste", com grupos menores de alunos, para verificar o grau de dificuldade, entre outros fatores. Isso é necessário porque o Enem adota uma metodologia que

permite que os resultados sejam comparáveis ano a ano.

Com isso, explica Soares, o processo na sua gestão levava ao menos dois anos, e era feito sempre sob acompanhamento de funcionários do Inep. "A sociedade pode confiar na excelência destes servidores", afirma.

Já a elaboração do tema de redação é algo que, sim, pode ter sido feito na atual gestão. Entre os temas que cursinhos apostam que pode cair estão mobilidade urbana, movimentos antivacina, segurança pública ou algo mais alinhado aos novos tempos, como identidade nacional.

A mudança de governo em si, porém, não deve alterar a forma como o aluno faz a redação, afirmam os professores. Isso porque a Matriz de Referência se mantém, assim como o esquema de correção.

Cada texto passa por pelo menos dois avaliadores. Se a divergência for muito grande, vai para um terceiro e, se permanecer, o texto é então submetido a uma banca com três outros professores.

O caráter técnico da correção não significa que o aluno possa dar qualquer opinião política sem base. Ela tem que estar conectada com a proposta de texto dissertativo.

"A tendência em todo ano é que uma redação recheada de opiniões sem argumentação não tenha boa nota", diz Giba. "A orientação é fazer o feijão com arroz bem feito", diz o coordenador do Bandeirantes. "Pega o que tem na proposta, os gráficos e textos de referência, e agrega o seu repertório."

Quem achar que pode escrever textos discriminatórios a minorias porque se tornaram comuns críticas ao politicamente correto também pode se dar mal.

Coordenador de linguagens do curso Anglo, Sergio Paganini lembra que foi mantida na cartilha do exame a competência do aluno de "elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos". Quem ferir o esperado perde 200 pontos.

enem

Alexandre Lopes

Quem fizer redação de esquerda não deve ser prejudicado

Presidente do Inep, órgão que produz o Enem, diz que exame precisa evitar polêmicas para não tirar foco do aluno do conteúdo exigido

Paulo Saldaña

BRASÍLIA O presidente do Inep (Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais), Alexandre Lopes, diz que a decisão do governo Bolsonaro de criar uma comissão para fazer análise ideológica de questões do Enem não vai impactar o que se espera dos candidatos: "Vamos avaliar o conhecimento do aluno, buscar uma prova mais neutra possível."

Lopes é o terceiro a ocupar a presidência do Inep, responsável por produzir a prova, neste ano. A diretoria responsável pelo exame ficou sem titular por quase cinco meses. Mas, segundo ele, tudo está preparado.

*

Em que este Enem, primeiro do governo Bolsonaro, é diferente dos outros? Essa edição não tem muita diferença com relação às anteriores. A gente não fez as questões, tem um banco de itens e a gente trabalha nas questões que vão cair na prova. Eu não li, o ministro não leu [Lopes já declarou que Bolsonaro também não viu]. A área preparou e houve orientações para ter uma prova neutra. Vamos avaliar o conhecimento do aluno, buscar uma prova mais neutra possível. A polêmica que eu quero ter no Inep



Lopes assumiu cargo em maio Luis Forpes / MEC

Alexandre Ribeiro Pereira Lopes, 45

Presidente do Inep desde maio deste ano, o servidor público desde 1999 é formado em engenharia química (UFRJ) e direito (UnB) e serviu, por quatro meses, como diretor legislativo da Casa Cívica, além de ter atuado no governo do Distrito Federal.

é sobre se a forma de fazer o item é melhor do que há dez anos, se a prova avalia melhor. O Inep tem é que se aproximar do aluno. Nosso foco é fazer tudo ocorrer de forma tranquila, como está ocorrendo, e preparar o Enem do futuro [digitalizando o exame].

O importante é que os jovens pensem na prova porque o resto a gente está cuidando para vocês. Façam a revisão, descansem, foca na prova, esquece política, confusão. Administrem seu emocional.

Ano passado, Bolsonaro criticou uma questão que citava diáleto falado entre homossexuais e depois o Inep criou uma comissão para excluir itens. Fica a impressão de que nenhuma menção à homossexualidade pode aparecer. Isso atrapalha seu trabalho?

Pe-lo contrário. Quando o então candidato e hoje presidente se manifesta sobre o Enem, ele reverbera um incômodo de uma parcela da sociedade. Porque ninguém comentou as outras questões? São ruins? O Inep errou na mão quando coloca uma questão que gera esse tipo de polêmica. Por que as outras não geraram?

A pergunta não pedia isso [pedia-se para identificar o que caracterizaria um diáleto]. Mas ao colocar a temática, desvia o foco. Se gerou desconforto, polêmica, na minha opinião está errado. Porque os outros itens [não geraram].

Porque as outras não falavam de gay, e falar de gay parece que não pode nesse governo. A questão é a forma como aborda. Polêmicas e temas controversos são importantes de discutir na sociedade, mas esse não é o objetivo do Enem ou do MEC nas avaliações, pois há dubiedade. Avalia-se a opinião sobre o tema ou uma habilidade? Enem não é pesquisa de opinião.

Há grupos que combatem a abordagem desse tema, não se trata de polêmica solta. Temos diferentes formas de pensar na sociedade e todas têm de ser respeitadas. Diversos

outros mais ou menos sensíveis, direitos humanos, são tratados e não gerou reação. Se teve desconforto, está errado, seja lá qual for o tema. Alguém perguntou 'então não pode botar [Karl] Marx na prova e pode colocar Olavo de Carvalho?'

Marx e Olavo de Carvalho estão muito distantes. Aí você é preconceituoso.

Marx é um pensador do século 19 com influência no mundo todo, Olavo não. Não importa [um dos auxiliares do Inep que acompanhou a entrevista diz que, ao incluir variável passível de polêmica, pode-se levar o aluno a achar que se espera determinada resposta].

Ao criar essa comissão, o governo não induz a ideia de que se espera um tipo de resposta? A partir do momento em que houve repercussão na sociedade, o governo coloca de forma transparente e fala 'vou olhar isso'. Se você me pergunta como deveria ser, é porque houve uma portaria [que cria a comissão]. Antes não se sabia como isso era feito.

Em governos do PT, críticos do partido diziam que o candidato deveria concordar com a esquerda, por exemplo, na redação, para ter nota melhor. No governo Bolsonaro, quem endireitar vai melhor? Disponibilizamos a cartilha de redação, e a gente não muda a regra. A banca de correção não é de servidores do Inep. Quem fizer uma redação de esquerda vai ser prejudicado? Acho que não. Quem fizer de direita vai ser prejudicado? Também acho que não. Tem que saber argumentar e defender seu ponto de vista.

O senhor citou Olavo de Carvalho. Ele vai cair no Enem? Espera dia 3 e 10 [risos]. Quero dizer é que Olavo ou Marx são temas que geram sensibilidade e podem tirar foco da questão. Se vai cair, não sei, não olhei. Pode cair tudo, desde que meça [conhecimento]. Mas se o texto for gerar polêmica, para quê?

enem

Aula de preparação para o Enem na zona leste de SP; projeto de prova digital será opcional para candidatos de 15 capitais em 2020 Zanone Fraissat/Folhapress

Em projeto-piloto, Enem 2020 será digital para 50 mil inscritos

Exame terá mais de uma edição por ano; mesmo com exclusão digital no país, proposta do Inep é que até 2026 a prova migre 100% para o novo formato

BRASÍLIA E SÃO PAULO O Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) vai iniciar em 2020 a aplicação digital do Enem. A proposta, que será progressiva e tem previsão de atingir a totalidade das provas em 2026, começará como um modelo-piloto com 50 mil participantes de 15 capitais.

Serão contempladas na primeira fase Belo Horizonte, Belém, Brasília, Campo Grande, Cuiabá, Curitiba, Florianópolis, Goiânia, João Pessoa, Manaus, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo. Nessas cidades, candidatos poderão optar, no ato da inscrição, pela prova tradicional ou pela digital.

O governo pretende oferecer várias datas para a realização do exame feito pelo computador, mediante o agendamento prévio do candidato. A prova em papel continuará a ser aplicada em dois domingos. Em 2020, elas aconte-

cerão nos dias 11 e 18 de outubro. Os resultados dos dois modelos de provas serão divulgados em conjunto.

No primeiro ano de aplicação de provas digitais, ainda haverá um terceiro exame, chamado de reaplicação.

Ele será destinado a candidatos que foram prejudicados por algum problema de infraestrutura ou de logística durante a prova com uso do computador. Nesse caso, a reaplicação será feita no modelo em papel.

Até 2025 haverá em todos os anos a opção pela prova impressa. O número de aplicações dos testes digitais deve aumentar gradualmente. Para 2021, por exemplo, são previstas pelo menos quatro datas para o exame.

A mudança de modelo é significativa para um país com exclusão digital. Ela havia sido prevista por outras gestões, mas nunca avançou.

O presidente do Inep, Alexandre

Lopes, disse à **Folha** acreditar que a mudança vai ajudar a induzir o processo de inclusão.

“Quando coloca o Enem digital em 2026, cria essa pressão positiva com relação ao poder público municipal, estadual e federal. Você [governante] tem que providenciar a seus alunos os meios para que ele possa concorrer no Enem digital daqui seis, sete anos. Essa preocupação vai chegar na rede, mas também na própria sociedade para que as pessoas corram atrás”, diz.

Para Lopes, o novo formato reduzirá desigualdades de oportunidades ao permitir que alunos de locais mais distantes façam mais de uma vez a prova sem necessidade de longos deslocamentos.

O entendimento dentro do Ministério da Educação é que, no meio digital, há também a possibilidade de uso de questões em outros formatos, com vídeos e até games.

Outra justificativa do governo para a mudança do modelo de aplicação do exame é a economia com a impressão — mais de 10,2 milhões de provas serão impressas para a edição de 2019, com custos que ultrapassam os R\$ 5 milhões.

Mas, além do desafio da exclusão digital, o maior entrave para ter um Enem aplicado em mais de uma data sempre foi o reduzido número de questões disponíveis para dar conta de várias edições. Desde 2009, o exame passou a ser elaborado com base na TRI (Teoria de Resposta ao Item), modelo que permite a formulação de provas com perguntas diferentes mas dificuldades similares.

Sem garantir o mesmo grau de dificuldade, é impossível permitir que pessoas façam provas diferentes, em datas diversas, e continuem a disputar uma vaga em uma universidade em grau de igualdade.

Para chegar a isso, os itens

do Enem precisam passar por um pré-teste — um conjunto de pessoas responde às questões antes de elas serem usadas na prova.

É com o resultado dessa avaliação preliminar que os técnicos do Inep conseguem medir vários atributos do item, como grau de dificuldade e chance de acerto no chute. Dessa forma, elaborar questões para o Enem é um processo complexo, razoavelmente demorado e que envolve custos.

O presidente do Inep diz que o órgão já está em um “processo exponencial de criação de itens”, apesar de não revelar a quantidade dos que foram produzidos até agora. Também não há informações sobre o tamanho atual do Banco de Itens, dados que também eram considerados reservados em gestões passadas.

A escassez de questões já provocou uma crise no Enem. Na edição de 2011, o exame trouxe um conjunto de questões idênticas às exigidas em um simulado de uma escola de Fortaleza. Descobriu-se que elas haviam sido roubadas do pré-teste realizado na escola no fim do ano anterior.

A repetição de tantas perguntas no Enem de um mesmo pré-teste revelou a precariedade do banco até aquele momento.

Paulo Saldaña
e Ricardo Hiar

enem

Dez anos após vazamento de exame, nenhum envolvido em roubo foi preso

Quatro condenados em 2011 entraram com recurso; prova já teve questão repetida e erro de impressão

BRASÍLIA Em 2009, no meio do otimismo segundo mandato do presidente Lula (PT), 4,1 milhões de candidatos haviam se inscrito para a primeira edição do novo Enem: a partir dali, a nota do exame criado em 1998 para avaliar o ensino médio valeria como vestibular unificado para universidades federais.

Mas tinha um furto no meio caminho. Em 1º de outubro daquele ano, a dois dias do início das provas, o Enem vazou e a aplicação foi cancelada.

Um funcionário de uma empresa de segurança que trabalhava na gráfica que imprimia as provas furtou uma cópia e tentou vendê-la ao jornal O Estado de S. Paulo. A veracidade do material foi confirmada e o então ministro da Educação Fernando Haddad cancelou o Enem.

Uma década depois, ninguém foi preso por causa disso. Quatro envolvidos no vazamento e na tentativa de vender o material foram condenados em 2011 pela Justiça Federal. A defesa dos acusados ingressou com recurso.

Também o Ministério Público Federal recorreu ao considerar as penas, de 2 anos a 5 anos, muito brandas em face do estrago do episódio.

Na época, o prejuízo calculado pela Procuradoria Federal foi de R\$ 45 milhões, cálculo que incluiu a aplicação às pressas ainda naquele ano (o valor equivale a R\$ 78 milhões com atualização da inflação).

O processo segue no TRF (Tribunal Regional Federal) da 3ª Região, mas a ação está sob sigilo. Os motivos do segredo também são sigilosos, conforme conta a jornalista Renata Cafardo no livro "O roubo do Enem" (Ed. Record). Foi ela quem recebeu a



Fiscais fecham portões em dia de Enem na Uninove, em São Paulo Leonardo Wen-6.dez.2009/Folhapress

ligação com a oferta da prova.

O material havia sido levado de dentro da gráfica Plural, parceria do Grupo Folha com a Quad Graphics. A empresa não foi responsabilizada judicialmente pelo ocorrido.

O episódio causou prejuízos aos cofres públicos, transtorno a estudantes e a instituições que aguardavam a nota para preencher as vagas.

Foi também um desgaste político para o governo, embora tenha imposto a diligência que cerca a realização do exame até hoje.

O Inep passou a incrementar os protocolos de segurança, o que também ampliou os gastos. O exame tem um custo estimado para este ano de R\$ 537 milhões e conta com 31,7 mil pessoas envolvidas apenas na logística — transporte, segurança e distribu-

ção dos malotes.

Embora de menor dimensão, o Enem acumulou outros erros, principalmente nas duas edições seguintes. Em 2010 uma falha na impressão prejudicou vários candidatos, e uma nova prova foi realizada para esse grupo.

Um ano depois o exame trouxe 14 questões repetidas de uma aplicação recente de pré-teste em uma escola de Fortaleza. O pré-teste de questões é uma das etapas do modelo de elaboração da prova, iniciado em 2009, e que permite diferentes exames com o mesmo grau de dificuldade.

Mas, em seus 21 anos, o Enem resistiu e se consolidou com o passar dos anos como vestibular para praticamente todas as universidades federais do país.

A USP, por exemplo, tam-

bém seleciona alunos a partir da nota no exame e 41 universidades portuguesas também o aceitam.

Após o vazamento, o governo contratou a gráfica RR Donnelley para a reaplicação ainda em 2009. A empresa se manteve à frente dos trabalhos desde então. No período, houve apenas duas licitações, em 2010 e 2016, e a empresa saiu vencedora e recebeu o contrato.

No ano que o vazamento completa dez anos, porém, a gráfica anunciou falência e a segunda colocada no último certame, a Valid, assumiu os trabalhos por decisão do governo Jair Bolsonaro (PSL).

O TCU (Tribunal de Contas da União) ainda apura se houve um suposto conluio entre as duas empresas.

Paulo Saldaña



Enem, 21

Exame se consolida na admissão para faculdades

Origem, 1998 MEC cria o Enem como instrumento para medir a qualidade do ensino médio

ProUni, 2004 Prova passa a ser critério para bolsas do ProUni, o que faz expandir número de inscritos

Vazamento, 2009 Governo altera modelo para usar prova como vestibular de federais. A uma semana da aplicação, exame vaza, e MEC adia teste

Impressão, 2010 Cartões-respostas com erros levam Inep a reaplicar parcialmente o exame. Tema da redação vaza em Pernambuco.

Pré-teste, 2011 Prova traz 14 questões idênticas a itens de simulado de colégio de Fortaleza. Perguntas vazaram de pré-teste

Polêmica, 2015 Questão com frase da filósofa Simone de Beauvoir ("Ninguém nasce mulher: torna-se mulher") é criticada por políticos como Bolsonaro, que veem suposta "ideologização"

'Pajubá', 2018 Questão que cita gírias usadas por travestis é criticada por Bolsonaro, que promete ver exame previamente se chegar à presidência

Falência, 2019 Gráfica que imprimia o Enem desde 2009 abre falência, o põe exame em dúvida; novo contrato é assinado em maio

enem

Novas tecnologias incluem estudo com robôs pelo celular

Podcasts e canais de vídeo também ajudam participantes a reforçar o preparo para o Enem em diversas disciplinas

SÃO PAULO Falta de tempo e de dinheiro para frequentar um cursinho é algo que sempre atrapalhou os participantes do Enem e dos demais vestibulares do país. Cada vez mais, porém, ferramentas digitais têm ajudado a amenizar esse problema.

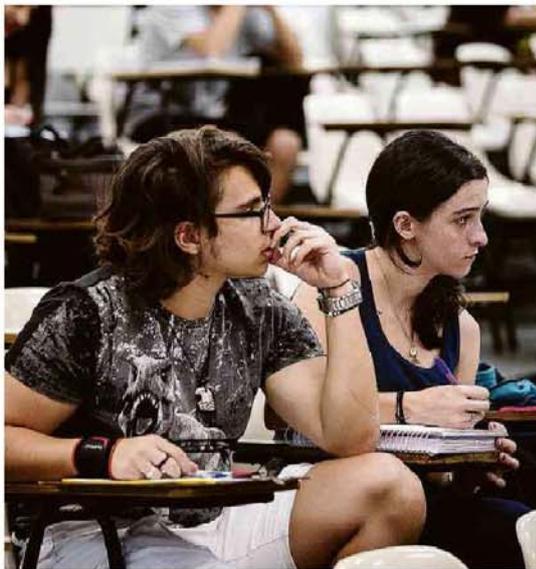
Plataformas educacionais, canais de vídeo, podcasts e até grupos no Whatsapp oferecem conteúdos didáticos e atendimento personalizado para milhares de estudantes.

Foi pensando nesse público que a Fundação IBi, do Grupo Movile, desenvolveu o AprendiZap Enem, em parceria com a plataforma educacional Descomplica. Com a ferramenta, o estudante interage pelo Whatsapp com um bot — espécie de robô — que envia conteúdos de acordo com as mensagens do usuário.

“Escolhemos trabalhar com o Whatsapp porque é gratuito e muitos jovens têm acesso hoje em dia”, Matheus Fonseca, diretor da IBi. No ar desde agosto, o AprendiZap tem mais hoje de 12 mil usuários.

Outro recurso muito acessado pelos estudantes são os canais de vídeo. Especialistas acumulam milhares de visualizações com conteúdos de português, matemática, história, geografia, inglês e conhecimentos gerais.

O professor Gabriel Ferretto, hoje um dos maiores influenciadores digitais em matemática da América Latina, apostou num canal para desmistificar a área de exatas. Tem hoje mais de 2 milhões de inscritos. Ele diz ver o es-



Alunos em cursinho de SP; ferramentas digitais podem ser complemento ao estudo presencial Zanone Fraissat/Folhapress

tudo à distância tanto como um aliado dos cursos presenciais, ao funcionar como um complemento, como uma possibilidade para quem quer estudar exclusivamente online, com a vantagem da flexibilidade de horários.

Para o professor Ademar Celedônio, diretor de ensino e inovações educacionais no SAS Plataforma de Educação, os recursos tecnológicos estão cada vez mais comuns porque boa parte dos estudantes já cresceu imersa no mundo digital.

A SAS oferece tarefas online em todas as disciplinas e

1.727

municípios com aplicação do Enem

10.133

locais de prova

10.338.542

provas impressas

31.600

pessoas envolvidas no transporte, segurança e distribuição das provas

avalia o aprendizado dos alunos. Eles podem realizar seis simulados ao ano no padrão do Enem. Na correção do material, é identificado o déficit de cada um e quais competências é preciso melhorar.

Para quem tem uma rotina agitada e não consegue parar para assistir aos vídeos, há ainda recursos em áudio que podem ser acessados a qualquer hora e em qualquer lugar.

Em alta, os podcasts também estão entre as ferramentas cada vez mais acessadas por estudantes. O Xadrez Verbal, por exemplo, reúne assuntos de ciências humanas, incluindo política e história. Já o Nerd Cursos tem episódios sobre física, química e biologia. O Aprenda Inglês, com música, é opção para reforço em língua estrangeira.

Ricardo Hiar

Veja canais e podcasts que podem auxiliar nos estudos

YOUTUBE

• Ferretto Matemática

Professor simplifica o aprendizado da disciplina

• **Química simples** Dividido por canais, ajuda a estudar todo o conteúdo do ensino médio na disciplina

• **Biologia Total** Linguagem simples e bem humorada para ensinar biologia e atualidades

• **JeanGrafia** Conteúdo sobre geografia do professor Jean Azevedo

• **História do Brasil pelo Brasil** Focado em história, também ajuda na redação do Enem

PODCASTS

• **Resumov** Dicas da professora do ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica) Susane Ribeiro

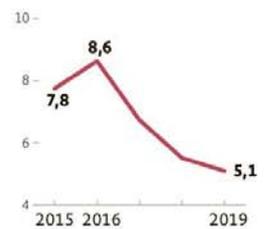
• **Nerd Cursos** Mais de 100 episódios e conteúdo de física, química e biologia

• **Scicast** Situações do dia a dia são usadas para explicar matemática, química e física

• **Educcast** Com humor, possui variados conteúdos que caem no Enem

Logística do Enem

Inscritos
Em milhões



Inscritos no Enem 2019
Por UF, em %



R\$ 537,6 milhões é o custo estimado do Enem 2019

R\$ 179 milhões foram arrecadados com taxa de inscrição

R\$ 105,52 é o custo do Enem por inscrito



Como se preparar para a maratona do Enem 2019

Pressão do exame costuma causar nervosismo e ansiedade

DATA DAS PROVAS

3.nov provas de linguagens, ciências humanas e redação
10.nov provas de ciências da natureza e matemática

HORÁRIOS

12h Abertura dos portões
13h Fechamento dos portões
13h30 Início das provas

APLICATIVO DO ENEM

- O Inep colocou à disposição dos estudantes o aplicativo Enem. O recurso gratuito pode ser encontrado na App Store ou na Play Store
- A ferramenta oferece o cronograma completo ao candidato que inclui os principais avisos, horário e local da prova, cartão de confirmação

da inscrição. Dúvidas e perguntas mais frequentes sobre o exame também estão na plataforma

- No cartão de confirmação é possível conferir o número da sala onde o candidato fará a prova e qual a sua opção de língua estrangeira
- O gabarito e o resultado final do exame também poderão ser consultados no aplicativo

ANTES DA PROVA

Organize seu tempo

Mantenha a rotina de estudos nas semanas que antecedem o exame, mas não acelere demais

Refaça exercícios

Faça exercícios de provas anteriores. Os simulados são

o melhor jeito de aprender a administrar o tempo de resolução de problemas

Escreva

Treinar redação também é fundamental para a prova. É muito comum escutar que a redação é metade da nota do Enem, e é verdade

Rotina saudável

É importante conciliar o ritmo de estudos com momentos de lazer; isso promove bem-estar e descanso. Também é essencial ingerir alimentos mais saudáveis

VÉSPERA DA PROVA

Mantenha o ritmo. Evite alimentos pesados e prefira práticas mais

saudáveis. O ideal é não mudar hábitos neste dia

Relaxe

No dia anterior à prova é fundamental descansar. Dê uma trégua nos estudos e tenha uma boa noite de sono

DIA DA PROVA

Organize os documentos

Para acessar o local da prova é preciso apresentar um documento de identificação original, oficial e com foto, tais como a cédulas de identidade, carteira de trabalho, certificado de reservista ou dispensa de incorporação, passaporte, carteira nacional de habilitação ou identidade funcional. Cópias e documentos digitais não são aceitos

O QUE LEVAR

- Documento de identificação
- Caneta esferográfica preta e fabricada em material transparente
- Aconselhável levar o cartão de confirmação da inscrição

CUIDADOS

- Na edição de 2019 todos os lanches serão revistados no dia da prova
- Caso o aparelho eletrônico do candidato emita algum tipo de som durante o exame, ele será eliminado automaticamente. Desligue os alarmes do seu aparelho para não correr riscos
- Chegue com antecedência. Os portões serão fechados pontualmente às 13h e ninguém poderá entrar após esse horário



PUC-SP

GRADUAÇÃO 2020

NOVOS CURSOS Interdisciplinares e com metodologias diversificadas

- Ciência de Dados e Inteligência Artificial
- Ciências Socioambientais
- Jogos Digitais
- Gestão de Práticas Inclusivas
- Políticas Públicas
- Processos Gerenciais

Vestibular de Verão 2020:
INSCRIÇÕES ABERTAS

acesse: www.pucsp.br

enem

Voluntários releem textos de mais de 2.000 alunos de escolas públicas

Projeto de universitário da USP prepara estudantes de baixa renda para o Enem

DIAS MELHORES

Ricardo Hiar

SÃO PAULO Quando pisou pela primeira vez no campus da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (USP) Vinicius Andrade, 24, diz que se deparou com uma realidade que até então desconhecia, e que por muito tempo considerou inalcançável.

Nascido num bairro periférico de Ribeirão Preto, ele conta que, até o fim do ensino médio, não sabia sobre as formas de ingresso no ensino superior público e achava que só ricos conseguiriam ter acesso a esse tipo de universidade. Para o contexto em que vivia, segundo ele, o ciclo natural seria interromper os estudos para trabalhar. Disposto a não entrar nessa estatística, o jovem resolveu buscar novas oportunidades por meio da educação.

Ele entrou no curso de engenharia de produção numa faculdade particular aos 17 anos, mas trancou a matrícula por não ter recursos para pagar as mensalidades. Por incentivo de um amigo, Andrade optou por fazer um curso pré-vestibular. Foram dois anos de estudos para então alcançar o objetivo de cursar economia no campus da USP em Ribeirão.

Para o jovem, ter acesso a informação e conhecer a estrutura de um campus universitário foram condições que lhe permitiram traçar novos objetivos para a vida. E foi por esse mesmo motivo que ele diz ter sentido uma inquietação para oferecer uma oportunidade semelhante a outros jovens da cidade.



Vinicius Andrade, 24, criador do projeto SalvaGuarda, no interior de SP Julio Cesar Carvalho/Divulgação

“Eu não conhecia o campus que existia na minha cidade e não sabia a quantidade de oportunidades gratuitas que estavam à minha disposição. Fui privilegiado a partir do momento em que tive acesso a essas informações, que trouxeram mudanças na minha vida, e não seria justo guardar isso para mim. Comecei a pensar em como poderia ajudar outros jovens com realidades parecidas com a minha”, explicou.

Teve início com um trabalho para uma disciplina do curso de economia o primeiro passo do que viria a se tornar o projeto SalvaGuarda, que mobiliza universitários de várias partes do Brasil para ajudar estudantes do ensino médio de escolas públicas na preparação do Enem.

Vinicius levou questionários a quatro colégios para entender qual era o motivo da baixa participação dos alunos nas universidades públicas.

“O primeiro questionário foi aplicado a 193 alunos. Só 12 sabiam sobre a Fuvest [processo seletivo da USP]. Percebi que, assim como aconteceu comigo, muitos jovens estavam com dificuldade em continuar os estudos por falta de informação e estímulo”, afirma.

Com esse dado em mãos, ele mobilizou universitários de vários cursos para promover palestras nas quatro unidades escolares. O passo seguinte foi oferecer ajuda na preparação para os exames de ingresso ao ensino superior. Depois, a iniciativa foi ampliada para mais escolas.

“

Eu não conhecia o campus que existia na minha cidade e não sabia a quantidade de oportunidades gratuitas que estavam à minha disposição. Fui privilegiado, não seria justo guardar isso para mim

Vinicius Andrade
estudante de
economia da USP

“Eu queria fazer mais, pois não que seria justo levar informação e abandonar esses alunos depois.”

Vinicius Andrade buscou outros apoiadores e consolidou o SalvaGuarda sobre pilares que incluem motivação, conteúdo e informação especializada.

Como a redação tem um peso importante na prova do Enem, o grupo oferece bastante apoio nesse segmento. Mensalmente todos os alunos devem preparar um texto nos moldes do exame nacional. Voluntários de várias partes do Brasil fazem a correção de cada prova, digitalizam esse conteúdo e dão uma devolutiva personalizada.

Para garantir um acompanhamento da evolução do candidato, o mesmo voluntário fica responsável por corrigir as redações de um grupo específico. Desde o início da proposta, as redações de 2.700 alunos já foram corrigidas com o apoio de 200 voluntários.

Além das aulas e correções de redações, o grupo de universitários ainda promove encontros nas escolas, workshops e simulados. Eles também oferecem visitas monitoradas a campus de universidades públicas.

Os estudantes do ensino médio têm acesso a grupos de Whatsapp onde podem acessar conteúdos para estudo, tirar dúvidas com os professores voluntários e podem pedir apoio de um monitor.

Vinicius agora pretende ampliar a iniciativa. Ele quer levar o projeto para todas as escolas públicas de Ribeirão Preto no ano que vem, atingindo um público estimado de 20 mil estudantes.

“Queremos manter um compromisso com a educação pública e somar esforços com informação e ferramentas que essas unidades não conseguem oferecer sozinhas”, diz.

Atualmente o projeto está em 21 colégios do interior paulista — 20 em Ribeirão Preto e um em Jardinópolis. No total, são mais de 10 mil alunos envolvidos nas atividades oferecidas pelo SalvaGuarda.

Amazônia, migração e vacina são temas da vez

Professores sugerem conteúdos básicos, atualidades e filmes em que aluno deve concentrar estudos

SÃO PAULO Além dos conteúdos básicos das disciplinas, o Enem inclui perguntas de atualidades. Apesar de não ser possível prever o que será questionado, professores apontam temas que precisam de mais atenção do aluno, que podem ser abordados em questões ou na redação.

Para auxiliar os alunos, os docentes costumam sugerir assuntos pertinentes a partir das principais discussões da sociedade ao longo do ano.

O professor Vinicius Beltrão, especialista de ensino e inovação do SAS Plataforma de Educação, lembra que o Enem testa leitura, interpretação e escrita. Entre os possíveis te-

mas de redação ele vê o interesse estrangeiro por recursos naturais do Brasil. "Não é de hoje que a Amazônia chama a atenção de diversos países."

Outro que tende a ser abordado, diz, é o discurso de ódio nas redes e anonimato. Tem sido cada vez mais comuns ataques e conflitos na internet a partir de perfis falsos.

Beltrão também cita a imigração e o abrigo de refugiados no Brasil, dado o aumento de imigrantes venezuelanos.

A situação na saúde pública também pode aparecer no exame deste ano. Isso inclui, segundo professores, a complexa situação vivida no Brasil com a baixa vacinação e a vol-

ta de doenças como sarampo.

O SAS Plataforma de Educação mapeou temáticas recorrentes nos últimos dez anos de provas do Enem. Em filosofia, por exemplo, a maior parte das questões se relacionou com ética e justiça. Em história, houve mais perguntas sobre Idade Contemporânea. A geometria é o assunto mais cobrado em matemática.

Segundo o professor Gabriel Ferretto, além da matemática básica, há temas recorrentes para a disciplina no Enem.

"Recomendo focar funções de 1º Grau, análise combinatória e probabilidade, geometria plana e geometria espacial e questões de estatística,

sobretudo as medidas de tendência central que são moda, média e mediana", avalia.

Em português, estatísticas apontam a maior cobrança de leitura e interpretação de textos. A primeira é apontada por professores do Tutor Mundi, plataforma de aulas particulares de preparação para o Enem, como crucial para o êxito no exame.

"A leitura faz com que o estudante adquira noções fundamentais para a elaboração de uma boa prova. Para ter a habilidade afiada, no entanto, não basta ler. É necessário escrever bastante também."

O professor e gerente de avaliações e conteúdo digital

Caê Lavor sugere filmes como fonte de estudos e reflexões.

"O segredo para que este momento seja proveitoso é fazer uma pesquisa prévia sobre o tema, anotar as principais percepções durante o filme e, ao final, refletir sobre os assuntos abordados", explica.

Com base nos debates sociais recentes ele indica "Buitiful", de Alejandro González Iñárritu; "Crash - no Limite", de Paul Haggis; "Entre os Muros da Escola", de Laurent Canent; "Surplus", de Erik Gandini; "Ônibus 174", de José Padilha e Felipe Lacerda; "Rede Social", de David Fincher; e "Gattaca - Experiência Genética", de Andrew Niccol. **RH**



CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS E EAD

ESTUDE COM OS MELHORES!

VESTIBULAR COM PROVA AGENDADA

FACULDADE FIPECAFI

BACHARELADO
Administração
Ciências Contábeis

TECNÓLOGO
Gestão Financeira

DOIS DIPLOMAS!
A partir de **3 anos** de curso, você sai com **duas graduações!**

INSCRIÇÕES PELO SITE
www.fipecafi.org

CONSULTE NOSSOS POLOS EDUCACIONAIS

NOTA MÁXIMA MEC 5
★★★★★

 @faculdadefipecafi
 @fipecafi
 /FundaçãoFipecafi
 /fundacaofipecafi

Rua Maestro Cardim, 1.170 - Bela Vista - CEP: 01223-001
Próximo à Av. Paulista e das estações Páris e Vergueiro do Metrô
Tel.: (11) 2184.2020 | e-mail: relacionamento@fipecafi.org
Whatsapp: (11) 97512-4452 | (11) 99689-8687

Conselho fiscal dá mais tempo para Rio resolver pendência da Uerj

Técnicos pedem análise da Procuradoria da Fazenda para decidir se plano de carreira da universidade afeta acordo com União

ASSINATURA TAG
email@oglobo.com.br

O Conselho de Supervisão Fiscal, que monitora o cumprimento das medidas de ajuste das finanças do Rio, adiou por tempo indeterminado a decisão sobre o processo que poderia culminar com a recomendação para a saída do estado do programa de socorro da União. O grupo técnico tinha até ontem para avaliar se a proposta do governo estadual para compensar a despesa extra criada pelo plano de cargos da Uerj era adequada já que o Regime de Recuperação Fiscal proíbe o aumento de gastos com pessoal. Mas, por causa de incertezas em relação à legislação, o parecer definitivo só deverá ser divulgado após um pedido de mais informações para análise. Na prática, o Rio ganhou mais tempo para propor uma solução final para se adequar às regras do regime. O que havia sido proposto era que eventual aumento da folha da universidade poderia ser arcado com a redução de despesas com refeições de presos. Por enquanto, o estado não corre o risco de ser excluído do

regime. Mesmo se o colegiado tivesse decidido recomendar que o estado saísse do RRF, a decisão final seria do presidente Jair Bolsonaro. O Regime de Recuperação Fiscal foi um plano firmado entre o Rio e a União em 2017, que permitiu que o estado deixasse de pagar as parcelas da dívida com o governo federal por três anos. Em troca desse alívio, o governo se comprometeu a acertar as contas. Uma das cláusulas do acordo prevê que estruturas de carreiras não podem ser alteradas, gerando gastos, o que, na avaliação do conselho, aconteceu no caso dos servidores da Uerj.

O plano com novas regras para servidores da universidade foi aprovado em dezembro do ano passado e, desde janeiro, passou a ser questionado pelo grupo técnico, formado por integrantes do Ministério da Economia, do Tribunal de Contas da União (TCU) e do próprio governo do Rio. Em setembro, o colegiado deu um prazo de 30 dias para que o governador Wilson Witzel (PSC) apresentasse como essa despesa extra seria compensada.

CONSELHO TEM DÚVIDAS
Witzel cumpriu o prazo e, no dia 3, prometeu compensar os gastos com os servidores, renegociando contratos de fornecimento de alimentação para presídios. Segundo o governo, a medida geraria uma

economia de até R\$ 389 milhões, mais que suficiente para compensar a despesa de R\$ 217,1 milhões criada com o novo plano de cargos da universidade. O Conselho Fiscal, no entanto, ficou em dúvida se uma renegociação de contratos era suficiente para fazer frente à nova despesa obrigatória. O principal questionamento se concentra no fato de a medida ter impacto limitado, enquanto as despesas com pessoal seriam perenes. Sem chegar a uma conclusão, o grupo decidiu pedir ajuda à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. “Dado o exposto e considerando que o Estado do Rio de Janeiro apresentou proposta de compensação financeira no tempo fixado pelo Conselho, ou seja, até o dia 3 de outubro de 2019, e consciente da lacuna existente na legislação vigente sobre o que pode ser aceito como medida compensatória, o conselho encaminhou questionamentos à Procuradoria da Fazenda Nacional de forma a ter mais subsídios para a análise da possibilidade de aceitação da revisão de contratos como medida de compensação para violação às vedações dispostas no artigo 8º da Lei Complementar nº 159, de 2017”, diz o parecer do conselho.

Apesar da suspensão do processo atual, o Conselho de Supervisão frisou que, enquanto não há uma decisão definitiva sobre a validade da renegociação de





contratos para compensar criação de despesas, não aceitará esse tipo de medida em futuras violações das regras do RRF. Enquanto isso, o governo estadual aguarda decisão do Ministério da Economia sobre a proposta de renegociação de todo o acordo.

O conselho sugeriu ainda que o governo de Witzelre vogue a lei que criou o plano de cargos da Uerj ou elimine cargos da estrutura do estado que ficaram vagos após o Regime de Recuperação Fiscal entrar em vigor. O governador Wilson Witzel já tentava revogar a lei na Justiça, mas teve negado um pedido de liminar.

MEC libera verba de custeio das universidades

PAULA FERREIRA E
BRUNO ALFANO
sociedade@oglobo.com.br

O Ministério da Educação (MEC) anunciou ontem uma realocação de recursos dentro da pasta e descontingenciou toda a verba de custeio das instituições federais de ensino superior. De acordo com o ministério, R\$ 1,1 bilhão será liberado para universidades e institutos federais.

Os valores não são recursos novos. Eles foram remanejados dentro da própria pasta, embora o ministério não tenha detalhado de onde saiu o dinheiro. Em relação ao orçamento de todo o MEC, incluindo recursos de todas as etapas de ensino, o bloqueio de verbas segue em R\$ 2,86 bilhões.

— Não houve descontingenciamento global do MEC. O que fizemos foi uma realocação de recursos dentro da pasta — explicou o secretário-executivo, Antonio Vogel. Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Federais de Ensino Superior (Andifes), João Carlos Salles afirmou que o descontingenciamento mostra o reconhecimento do MEC de que a execução de todo o orçamento é fundamental para manter o funcionamento das universidades. — Estamos esperando o dinheiro chegar ao nosso sistema. Não seria possível desempenhar bem a tarefa sem ter



Secretar. Abraham Weintraub levou dois recursos de custeio para tentar manter a internet e foi questionado a respeito de como o comando da pasta

100% do orçamento. Mas ainda falta liberar 50% da verba para investimento. Vamos trabalhar para isso — disse. Reitora da UFRJ, a maior universidade do país, Denise Carvalho afirmou que, mesmo com a liberação do recurso, manterá as medidas de racionamento adotadas para tentar trazer mais equilíbrio ao caixa da instituição. A UFRJ tem um déficit de cerca de R\$ 170 milhões.

— Estamos devendo muitos meses da conta de luz. Estamos fazendo o nosso dever de casa, então espero que o ministro cumpra o que prometeu — afirmou. As instituições já planejam como o dinheiro será usado. A Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), por exemplo, voltará a liberar o uso do ar-condicionado, proibido desde agosto. Também retomará seu Programa Integrado de Bolsas (PIB), o que permitirá que bolsistas de iniciação científica e extensão retornem às suas atividades a partir de novembro.

A Ufes, no entanto, manterá em vigor medidas de economia tomadas desde agosto, como bloqueio de ajuda de custo aos estudantes para eventos, corte de 50% nas despesas de manutenção de equipamentos, de material de consumo e alteração na frequência da limpeza.

SEM ARREPENDIMENTO

Em abril, foram contingenciados R\$ 2,4 bilhões do orçamento discricionário das federais. Na época, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, afirmou que o bloqueio aconteceria em universidades interessadas em promover “balbúrdia” — mas, na verdade, o MEC contingenciou 30% do orçamento discricionário de todas as instituições federais. Como reação à fala de Weintraub, o que foi o orçamentário, milhões de pessoas foram às ruas para cobrar mais investimentos na Educação. Questionado ontem se estava arrependido da afirmação, o ministro





negou. — Não me arrependo. Vou repetir, salientar e reforçar que, pela primeira vez, há um governo que tem respeito pelo dinheiro do pagador de imposto. As universidades são caríssimas, tem universidade que custa R\$ 4 bilhões por ano — disse o ministro. — Universidade não é lugar para fazer festa onde morre gente, não é lugar para produzir metanfetamina e nem plantar maconha. Após o bloqueio de R\$ 2,4 bilhões, o MEC foi fazendo liberações ao longo do ano para recompor o orçamento — em setembro, desbloqueou R\$ 1,15 bilhão. Ontem, chegou ao R\$ 1,1 bilhão que faltava. Segundo a pasta, serão R\$ 771 milhões para universidades e R\$ 336 milhões para institutos federais. Durante a entrevista coletiva, Weintraub disse que a medida é fruto do reaquecimento da economia. Segundo especialistas, com a liberação dos recursos o governo abrandará o cenário para a discussão do Future-se, programa do MEC para financiamento das universidades federais. Na coletiva, o ministro afirmou que a expectativa é de cerca de 20 universidades aderirem ao programa num primeiro momento. No entanto, algumas das principais instituições do país, como a UFRJ,

a UNB e a Unifesp, já se manifestaram contra o programa. O Brasil tem 63 universidades federais.

“Universidade não é lugar para fazer festa onde morre gente, não é lugar para produzir metanfetamina”
— Abraham Weintraub, ministro da Educação

ÓCULOS ESCUROS

O ministro afirmou que os recursos foram liberados agora, ainda em outubro, para as universidades usarem o dinheiro antes do fim do ano. Ao final da coletiva, Weintraub colocou óculos escuros em referência a um “meme” popular nas redes sociais para indicar “lacrção”, e afirmou “Ab (Abraham) is out!”. Depois, soltou o microfone na mesa. Questionado se estaria deixando o comando da pasta, Weintraub explicou que se tratava apenas de um “Sextou!”, expressão utilizada para comemorar a chegada do fim de semana.

*“Estamos devendo muitos meses da conta de luz. Estamos fazendo o nosso dever de casa, espero que o ministro cumpra o que prometeu” —
Denise Carvalho, reitora da UFRJ*

MEC libera R\$ 1,1 bilhão para universidades e institutos

Valor virá de remanejamento interno e de órgãos ligados à pasta, como a Capes

Paulo Saldaña

BRÁSILIA O ministro da Educação, Abraham Weintraub, anunciou nesta sexta-feira (18) que a pasta vai liberar todo o orçamento das universidades e institutos federais bloqueado neste ano.

Os valores liberados nesta sexta, que somam R\$ 1,1 bilhão, virão de remanejamentos internos do MEC e devem garantir a execução integral dos recursos discricionários (que não incluem salários) de custeio das instituições. Não fazem parte, portanto, de um novo descontingenciamento do orçamento.

A pasta da Educação do governo Jair Bolsonaro (PSL) ainda sofre um bloqueio de recursos, atualmente de R\$ 2,9 bilhões, que atinge ações que vão da educação básica à pós-graduação, como a oferta de



O ministro Abraham Weintraub, com óculos de plástico, em entrevista em Brasília Reprodução





bolsas de pesquisa.

Os valores foram liberados agora, segundo o ministério, para que haja tempo de as universidades empenharem os recursos ainda neste ano e garantirem sua execução.

O MEC informou que os recursos para essa liberação serão remanejados de ações da pasta e de órgãos ligados a ela, o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), a Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e o Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais).

Não houve detalhamento sobre as ações atingidas de cada órgão citado, mas, segundo a pasta, tratam-se de gastos previstos apenas para o final de novembro, quando o governo acredita que haverá novo descontingenciamento. A nota ainda ressalta que tudo será executado de acordo com o cronograma.

"Acho que a gente tem tudo para terminar este ano em situação oposta do que foi alardeada", disse Weintraub à imprensa nesta sexta em Brasília.

O contingenciamento de recursos é prática recorrente realizada pelo governo federal em todos os anos, em diferentes gestões. Em 2019, no entanto, Weintraub iniciou uma crise ao afirmar em entrevista que algumas universidades teriam cortes porque praticavam o

+ **Idas e vindas no orçamento do MEC**

Abr.19 Governo bloqueia R\$ 30 bilhões do Orçamento, sendo **R\$ 5,8 bilhões da pasta da Educação.**

Desse valor, **R\$ 2,2 bilhões** atingiam as universidades e os institutos federais, que tiveram 30% de seus recursos discricionários (que não incluem folha de pagamento) congelados

Ago.19 O governo Jair Bolsonaro **corta R\$ 926 milhões** do orçamento do Ministério da Educação para pagar emendas parlamentares negociadas durante a votação da reforma da Previdência

Set.19 R\$ 1,9 bilhão do bloqueio do MEC é descontingenciado. **R\$ 1,15 bilhão** desse montante é direcionado às federais

Out.19 Nesta sexta (18), o ministério anunciou que, a partir do remanejamento de verbas internas e de três órgãos ligados a ele, liberou **R\$ 1,1 bilhão** para as universidades e os institutos federais. Ainda há **R\$ 2,9 bilhões** do orçamento da pasta congelados pelo governo federal.

que ele chamou de balbúrdia.

Após repercussão negativa, a pasta divulgou que o percentual de congelamento, de 30% dos recursos discricionários, seria aplicado de forma isonômica a todas as instituições.

Questionado, Weintraub disse que não se arrepende de sua declaração, que provocou reação de reitores e manifestações por todo o país. Ao fim da entrevista, ele colocou um óculos de plástico, usado em vídeos na internet para indicar que alguém "lacrou", e jogou o microfone na mesa.

"Não estou falando que todo mundo está errado, estou pedindo transparência [das ações e contas das universidades], se isso for polêmico, vou ser polêmico", disse.

"Universidade não é lugar para produzir festa com gente bêbada, para produzir metanfetamina e plantar maconha", completou ele, sem especificar a quais casos se referia. O ministro repete frequentemente críticas às universidades e já disse que a prioridade para expansão de vagas no ensino superior está no setor privado.

O professor João Carlos Salles, presidente da Andifes (entidade que reúne reitores das universidades federais), diz que é importante que a liberação permita fazer a execução total do orçamento ainda neste ano. O desbloqueio, segundo ele, é o reconhecimento

de que o orçamento das universidades não tem folga.

"Um ministério que tem falado tanto que a situação seria folgada, que haveria excesso de gastos, quando desbloqueia sinaliza que as universidades precisam do recurso", diz ele, que é reitor da Federal da Bahia. Salles ainda lembrou que os recursos das federais têm sido reduzidos ano a ano.

O MEC teve no início do ano um congelamento total de R\$ 5,8 bilhões e depois desbloqueou, no fim de setembro, R\$ 1,9 bilhão. A pasta ainda sofreu um corte de R\$ 926 milhões, como a Folha revelou, em um remanejamento orçamentário feito para atender negociações de emendas parlamentares no trâmite da reforma da Previdência.

A liberação anunciada nesta sexta, de R\$ 1,1 bilhão, será dividida assim: R\$ 771 milhões para universidades e R\$ 336 milhões para institutos federais.

Em setembro, R\$ 1,15 bilhão dos R\$ 1,9 bilhão desbloqueados haviam sido direcionados para as federais. O bloqueio inicial nas universidades foi de R\$ 2,2 bilhões e atingia 30% dos recursos discricionários.

O ministro insiste que o bloqueio de recursos não atrapalhou as atividades nas instituições. Mas houve reflexos como a suspensão de serviços de limpeza e de aulas noturnas por falta de vigilância.

O Brasil e a Indústria 4.0

“Quando há uma revolução inelutável, a gente ou lidera, ou segue ou sai do caminho.” A afirmação é do diretor do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Thomaz Zanotto, e foi feita durante o Fórum Público da Organização Mundial do Comércio (OMC), realizado recentemente em Genebra. Entre outros temas, o evento tratou de inteligência artificial e nanotecnologia.

Em sua intervenção, Zanotto discutiu um ponto polêmico registrado por uma pesquisa realizada em 2018 pela Fiesp em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. Segundo o levantamento, 32% dos industriais entrevistados disseram que não sabem o que é a Quarta Revolução Industrial – a chamada Indústria 4.0. Essa revolução começou com a difusão das tecnologias de comunicação desenvolvidas nos anos 1970 e se intensificou com os avanços na inteligência artificial e na biotecnologia.

O estudo da Fiesp revela que o Brasil se encontra fora da nova economia mundial, não tendo relevância em nenhuma das áreas-chave da Indústria 4.0. A pesquisa mostrou que apenas 5% das empresas brasileiras se sentem “muito preparadas” para enfrentar os desafios da Indústria 4.0 e que 23% se consideram “nem um pouco preparadas”. Também apontou que somente 41% das empresas brasileiras utilizam o lean manufacturing – o sistema de produção enxuta. Por fim, revelou que as áreas com mais potencial para se beneficiar dos avanços tecnológicos são as de produção, controle de qualidade, planejamento e engenharia de desenvolvimento de novos produtos. Das 227 empresas pesquisadas, 55% são pequenas, 30% são de porte médio e as demais são grandes.

Em sua intervenção, Zanotto apontou os desafios que o Brasil tem de enfrentar para reduzir o atraso com relação à Indústria 4.0 e atribuiu o problema à recessão econômica. Também lembrou que o País está voltando

a crescer, ainda que de modo lento, e que o setor industrial está acordando para o desenvolvimento de novas tecnologias. Apesar de seu otimismo, contudo, os problemas que o Brasil tem de enfrentar para reduzir o atraso tecnológico são enormes.

Os pedidos de registro de patente, por exemplo, continuam demorando muito tempo para serem avaliados e vêm crescendo num ritmo mais lento do que nas economias emergentes, as que competem diretamente com a indústria brasileira nos mercados mundiais. Dados do IBGE também mostram que, na última década, a introdução de tecnologias 4.0 no setor industrial brasileiro foi incipiente, sobretudo por causa de deficiências na infraestrutura de comunicação e do custo de importação de máquinas e equipamentos. Por seu lado, estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada mediram o uso de 16 tipos de habilidades nos empregos disponíveis no Brasil e constataram que elas vêm crescendo de “forma tímida”. Já a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico aponta, em seus relatórios, que o Brasil é um dos países que menos formam profissionais nas áreas de tecnologia, engenharias e matemática. Entre nós, além disso, a taxa de desistência nos cursos de graduação em tecnologia é de 69%.

Os números mostram que as novas gerações não têm preparo para acompanhar a revolução que a Indústria 4.0 vem causando no mundo. Sem condições de formar capital humano, o País continua incapaz de desenvolver mão de obra tão produtiva e adaptável quanto a de outras economias emergentes. Essa combinação entre gargalos estruturais em matéria de infraestrutura e falta de qualificação técnica das novas gerações dá a medida dos obstáculos que o Brasil tem de enfrentar para implementar sistemas industriais inteligentes.

A superação desses obstáculos depende não só de maior envolvimento da iniciativa privada com a Indústria 4.0, como mostra a pesquisa da Fiesp, mas, também, de políticas mais eficientes do poder público, especialmente na área da educação.

MEC: bloqueio de verbas de universidades acabou

Com última liberação ontem, instituições voltam a contar com R\$ 1,1 bi para luz, água e terceiros; governo alega realocação interna

O Ministério da Educação (MEC) anunciou ontem o descontingenciamento do orçamento das universidades federais. “Cem por cento de todo o orçamento para o custeio das universidades federais e institutos está sendo descontingenciado neste momento”, disse o ministro Abraham Weintraub.

Segundo ele, o contingenciamento não chegou a prejudicar nenhuma das ações da pasta. “Foi feita uma boa gestão. Administramos a crise na boca do caixa. Vamos terminar o ano com tudo rodando bem”, afirmou.

De acordo com o secretário executivo do MEC, Paulo Vogel, será liberado R\$ 1,1 bilhão (R\$ 771 milhões para as universidades e R\$ 336 milhões para os institutos federais). Segundo a pasta, a medida foi possível pela realocação interna de recursos do MEC, sem nova liberação pelo Ministério da



'Boa gestão'. Weintraub diz que a crise foi administrada

Economia.

Em entrevista coletiva ontem para anunciar o descontingenciamento, Weintraub disse que o orçamento para 2020 é o mesmo deste ano e ressaltou que receitas adicionais poderão ser conseguidas pelo Future-se. O programa incentiva a captação de verba privada pelas universidades federais.

Em abril, o MEC anunciou o bloqueio de 30% das despesas discricionárias de universidades e institutos federais. Esses recursos são

usados para o pagamento de despesas como contas de água, luz e contratos de funcionários terceirizados.

Com o bloqueio dessas verbas, as universidades federais enfrentaram dificuldades. Como o Estado mostrou, houve paralisação de obras em andamento, redução de uso de equipamentos como ar-condicionado, para economizar energia, e de autorizações para atividades de campo. A concessão de bolsas de intercâmbio também ficou prejudicada.

Liberado R\$ 1 bi para universidades

» Catarina Lioiola*

O Ministério da Educação (MEC) anunciou ontem o descontingenciamento de pouco mais de R\$ 1 bilhão do orçamento das universidades federais, realizado a partir de remanejamento interno do MEC. “Cem por cento de todo o orçamento para o custeio das universidades federais e institutos estão sendo descontingenciados neste momento”, disse o ministro da Educação, Abraham Weintraub.

O MEC, na verdade, não recebeu nenhum desbloqueio da Casa Civil e do Ministério da Economia. “O que a pasta fez foi realocar recursos de outras áreas para o orçamento das universidades e institutos. Ainda seguem bloqueados recursos de outras áreas dentro do ministério”, explicou.

O ministro afirmou ainda que o bloqueio de recursos não atrapalhou as atividades nas instituições, mesmo com a suspensão de aulas noturnas por falta de vigilância e de serviços

de limpeza. “Foi feita uma boa gestão. Administramos a crise na boca do caixa. Vamos terminar o ano com tudo rodando bem”, acrescentou.

De acordo com o secretário executivo do ministério, Paulo Vogel, estão sendo liberados R\$ 1,1 bilhão dos R\$ 19,6 bilhões que já estavam previstos para as despesas discricionárias do MEC. “Todas as universidades e institutos federais estão tendo o custeio integralmente liberado”, afirmou Weintraub. “Estamos descontingenciado o restante que ainda estava bloqueado. Estávamos em torno de 85% já descontingenciado e, agora, chegamos a 100%”.

O anúncio inicial de contingenciamento causou uma crise, após Weintraub justificar que os cortes aconteceriam devido à “balbúrdia em universidades”. Durante a coletiva, o ministro afirmou que não se arrepende da fala. Governos anteriores também realizaram contingenciamento de recursos.

Esquerda vence no DCE da UnB

A esquerda recuperou o comando do DCE da UnB. A chapa 2 (A gente que lute) obteve 7.143 votos e derrotou o grupo de direita na chapa 1 (Aliança), que alcançou 2.376 votos. Os vencedores são ligados à Juventude do PT, PCB, PCdoB e PSol. No ano passado, a esquerda se dividiu e perdeu a eleição. Agora pesou o pragmatismo. Talvez uma lição para a disputa eleitoral nas urnas em 2022.

COLÉGIO ALUB »

Pais se reúnem para buscar solução

Juliana Andrade



Escola suspendeu as aulas na quarta-feira, e não há previsão de retorno

As portas do Colégio Alub permanecem fechadas. Do lado de fora, pais e alunos se reuniram ontem, nas unidades de Taguatinga e da Asa Norte, para tentar encontrar uma solução para o problema. A instituição suspendeu as aulas na última quarta-feira e ainda não deu previsão de retorno. Enquanto isso, os responsáveis pelos estudantes temem que os filhos não consigam concluir o ano letivo.

Na Asa Norte, a sensação dos pais era de indignação e preocupação. Na parede, uma faixa dizia que as matrículas estavam abertas. As portas, contudo, estavam trancadas. A situação tem tirado a tranquilidade do bancário Elson de Sousa, 54 anos, pai de Mariana Gonçalves, 16, estudante do 2º ano do ensino médio. “Eles fizeram uma

paralisação em agosto, mas disseram que a situação ia se regularizar. A gente continuou na escola e agora, depois do feriado, ela fecha”, reclamou.

O Colégio Alub passa por dificuldades desde a prisão do dono do grupo, o empresário carioca Arthur Mário Pinheiro Machado, em um das fases da Lava-Jato. Nesta semana, a instituição divulgou um comunicado aos pais informando que as aulas seriam suspensas para reorganização do quadro de professores.

O bancário Fernando Barbosa, 45, tem dois filhos matriculados na instituição e reclamou da falta de informação. “Alguns pais conseguem informações, mas nada é oficial. O grande medo é os nossos filhos perderem o ano letivo”, lamentou. A situação é ainda mais grave para os alunos do 3º ano do ensino médio, como é o caso do filho da servidora pública Silvane Iazza, 51. “A gente está sem retorno, não tem previsão e ninguém atende na secretaria. O meu filho está desestimulado, vai prestar Enem e não sabe se vai se formar. É uma angústia que a gente não esperava”, disse.

Em nota oficial, a instituição afirmou que, em 2018, a empresa teve R\$ 45 milhões bloqueados “sob

a desculpa de garantir eventual ressarcimento, tendo por motivação suposto ilícito que ainda seria objeto de apuração”. O Alub ressaltou que se “vê obrigado a negociar a venda de unidades para honrar com o pagamento dos salários de seus profissionais”. A instituição acrescentou que segue no “propósito de reequilibrar as contas da empresa e restabelecer sua imagem”. O colégio afirmou ainda que está em contato com os órgãos jurisdicionais em busca da “efetiva justiça, que o caso requer”.

Unidades irregulares

Um grupo de pais esteve na Secretaria de Educação ontem para cobrar um posicionamento da pasta. Por meio de nota oficial, a secretaria informou que as unidades da Asa Norte e do Gama não estão regularizadas. O credenciamento do colégio do Gama está vencido desde 2018 e o da Asa Norte foi indeferido em junho deste ano.

A pasta ainda afirmou que não cabe a ela o fechamento das portas da instituição. “Quanto à regularização da vida escolar, os estudantes não serão prejudicados, porque é possível solicitar um exame de classificação na escola na qual irão pleitear a matrícula.”